



EJAP

Escola Judicial do Amapá

Projeto Pedagógico de Curso - PPC



**Poder Judiciário do Estado do Amapá
Tribunal de Justiça**



Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu*:

Gestão Pública

EJAP

Equipe técnica de elaboração:

Ângela do Socorro Paiva Ferreira Martins

José Almir Viana Nunes

Paulo Sérgio Alves Bezerra

ESCOLA JUDICIAL DO ESTADO DO AMAPÁ

Presidente da Mantenedora:

Desembargador João Guilherme Lages

Diretor Geral:

Desembargador Carlos Augusto Tork de Oliveira

Coordenador Técnico do Curso:

Paulo Sérgio Alves Bezerra

Coordenadora Pedagógica do Curso:

José Almir Viana Nunes

Corpo docente:

Ângela do Socorro P. F. Martins

Antônio Sabino da Silva Neto

Bruno de Oliveira Rodrigues

Cadú Calixto de C. dos Santos

Cláudio Márcio C. de Mendonça

Diego Moura de Araújo

Dorival da Costa dos Santos

Edmundo Tork Filho

Elayne da Silva Ramos Cantuária

Elvis Azevedo de Araújo

Erick Franck da Paixão

Esclepíades de Oliveira Neto

Glauber Ruan Barbosa Pereira

Job Duarte Moraes

Lana Karina Pinon

Luiz Hamilton Roberto da Silva

Mariana Moraes Miccione

Paulo Sérgio Alves Bezerra

Robson Antônio Tavares Costa

Sheila Trícia Guedes Pastana

EJAP

“Para conhecer é preciso superar o que é aparente, para compreender as relações, as conexões, as estruturas internas, as formas de organização, as relações entre parte e totalidade, as finalidades, que não se deixam conhecer no primeiro momento, ou seja, o ato de conhecer necessita do trabalho intelectual, teórico, que se dá no pensamento, que parte das primeiras e imprecisas percepções para relacionar-se com a dimensão empírica da realidade, que são construídos os significados.” (ENFAM, 2017, p.12).

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	5
I	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	7
II	PÚBLICO-ALVO	7
III	PERFIL DO EGRESSO	7
IV	VAGAS	7
V	CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	8
VI	JUSTIFICATIVA	9
VII	OBJETIVOS	11
VIII	CARGA-HORÁRIA	11
IX	PERÍODO E PERIODICIDADE	12
X	COMPOSIÇÃO DO CORPO DOCENTE	12
XI	MATRIZ CURRICULAR	14
XII	EMENTA E BIBLIOGRAFIA	16
XIII	METODOLOGIA	24
XIV	FREQUÊNCIA	25
XV	SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO	25
XVI	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO-TCC	26
XVII	CERTIFICAÇÃO	26
XVIII	INFRAESTRUTURA FÍSICA	27
XIX	AVALIAÇÃO DO CURSO	27
	ANEXOS	28

APRESENTAÇÃO

A Escola Judicial do Amapá - EJAP é assim denominada por atender a demanda corporativa do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá - TJAP, fazendo parte de sua estrutura organizacional e tendo sido criada pelo art. 5º, da Lei Complementar Estadual nº 0028, de 13 de junho de 2005. É a instituição destinada tanto à formação inicial e continuada, quanto ao aprimoramento técnico e jurídico de seus desembargadores, magistrados, servidores e colaboradores, bem como concorre para o processo de vitaliciamento dos magistrados.

A EJAP tem como instrumento regulamentador seu Regimento Interno, advindo da Resolução nº 0028/2005-TJAP, de 1 de agosto de 2005 e aprovado na 409ª Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amapá. Devido às especificidades de ser uma escola judicial, a EJAP está vinculada à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, que estabelece as diretrizes pedagógicas a serem seguidas pelas escolas judiciais e de magistratura, as quais são observadas atentamente no desenvolvimento tanto em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, quanto deste Projeto Pedagógico de Curso – PPC, referente ao segundo curso de pós-graduação *lato sensu* que pretende ofertar.

Em seu trabalho pedagógico, faz-se necessário observar a articulação e ideias, normas e trâmites, necessárias a construção de uma nova trilha formativa iniciando-se pelos cursos de pós-graduação. Assim, segue algumas das normas institucionais por meio das quais a EJAP estabelece a orientação de suas ações:

- Lei Complementar nº 0028/2005 (Criação da EJAP);
- Resolução nº 0028/2005-TJAP (Regimento Interno);
- Resolução nº 192/2014/CNJ – Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário;
- Resolução nº 07/2017/ENFAM – Diretrizes Pedagógicas da ENFAM para cursos de formação e aperfeiçoamento;
- Carta de Belo Horizonte, de 14 de junho 2019/COPEDEM;
- Atas do Conselho Administrativo Pedagógico – CAP.

A Escola Judicial foi fundada objetivando a oferta de cursos para formação e aperfeiçoamento dos profissionais que integram o TJAP e desde sua implantação, em 2005, diversas ações foram efetivadas e desenvolvidas para auxiliar ao TJAP na valorização de talentos, no aumento da eficiência e na garantia da plena prestação jurisdicional. No entanto, surge agora a necessidade de ampliar e aprofundar tal qualificação e oportunizar o aprofundamento de conhecimentos, frente aos muitos desafios e mudanças que a sociedade apresenta. Assim, o investimento em cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* é fundamental.

A EJAP tem ofertado cursos desde o início de suas atividades, sempre atenta a temas adequados com a prestação jurisdicional e com a gestão administrativa. Suas ações estão em perfeito alinhamento ao que preconiza o Planejamento Estratégico do TJAP (2015-2020), nos eixos valorização e reconhecimento, gestão de pessoas, eficiência e aprendizado e crescimento. Neste sentido, foi realizado um levantamento das formações ofertadas, organizando a participação em todas as ações de formação (cursos, palestras, congressos), no recorte temporal de 2015 a 2020, através do qual se chegou aos seguintes resultados:

Quadro 1 - Cursos oferecidos e alunos formados de 2015 a 2019

ANO	CURSOS OFERTADOS	ALUNOS FORMADOS
2015	33	434
2016	51	825
2017	33	990
2018	43	866
2019	59	1540

Conforme infere-se no Quadro 1 foram ofertadas diversas formações, nas mais diversas áreas do saber, sempre com foco na melhoria do serviço prestado pelo Poder Judiciário. Os cursos ofertados objetivaram tanto a área fim, quanto o aspecto humanístico de todos aqueles que buscam na EJAP cursos para seu aprimoramento profissional e desenvolvimento humano.

I - IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome do Curso: Gestão Pública.

Área de Conhecimento CAPES: 60202009 Administração Pública.

Carga-Horária Total: 368h

II - PÚBLICO-ALVO

Este curso destina-se a desembargadores, magistrados, servidores e colaboradores do Poder Judiciário do Estado do Amapá, integrantes do quadro de pessoal permanente e demais profissionais com atuação nas áreas contempladas pelo curso, conforme critérios de seleção descritos no tópico V. Serão ofertadas a comunidade 4 vagas deste curso, conforme o compromisso social assumido pela EJAP em seu PDI.

III – PERFIL DO EGRESSO

Espera-se que o egresso do curso em Gestão Pública tenha uma visão gerencial inovadora, criativa, crítica, solidária, socialmente responsável e seja capaz de agir eticamente, diagnosticando cenários políticos, econômicos, legais e sociais que influenciam todas as esferas do poder público judicial. Além disso, que seja um profissional compromissado em gerenciar políticas que garantam sempre um fim único – o bem comum da coletividade administrada –, com a elaboração de práticas que objetivem instrumentos avaliativos de políticas públicas locais, sendo assim capaz de contribuir para melhoria dos serviços prestados à comunidade pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amapá.

IV – VAGAS

Considerando a necessidade do uso de metodologias ativas por parte dos docentes, o número máximo de cursista admitidos por turma será de até 30, conforme o Quadro 2 a seguir. Há de se observar também, que a turma só iniciará com mínimo de 13 alunos matriculados.

Quadro 02 - Distribuição das vagas

PÚBLICO	NÚMERO DE VAGAS
Interno servidor efetivo	20
Interno servidor comissionado	6
Externo comunidade	4
Total: 30 vagas	

V – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

a) Requisitos para ingresso no curso (público interno):

- Ser desembargador, magistrado, servidor ou colaborador do quadro de pessoal (efetivo ou comissionado¹);
- Ter diploma de graduação (em qualquer área do conhecimento) em instituição autorizada pelo MEC;
- Estar em plena atividade no cargo que foi empossado (técnico e analista);
- Ter participado de cursos ofertados pela EJAP em ano pretérito (conforme quadro de pontuação – Anexo I);
- Ter disponibilidade para participar das aulas (conforme cronograma do curso – Anexo III).

b) Requisitos para ingresso no curso (público externo/comunidade):

- Ser servidor público do quadro de pessoal permanente do órgão ao qual faz parte (efetivo);
- Ter diploma de graduação (em qualquer área do conhecimento) em instituição autorizada pelo MEC;
- Estar em plena atividade no cargo que foi empossado (não estar em desvio de função);
- Ter participado de cursos ofertados pela EJAP em ano pretérito (conforme quadro de pontuação – Anexo II);

¹ Se o candidato for servidor comissionado deverá ter cumprido o estágio probatório, ou seja, ter mais de 3 (três) anos de efetivo exercício no cargo em que foi empossado. Demais critérios e condições serão explicitados no edital do processo seletivo do curso.

- Ter disponibilidade para participar das aulas (conforme cronograma – Anexo III).

c) O processo de seleção

A seleção será realizada por meio de edital próprio, em que o cursista preencherá sua ficha de inscrição e encaminhará à EJAP. Serão admitidos os candidatos que preencherem os requisitos mencionados até o número de vagas. Este processo será organizado pela Diretoria da EJAP e divulgado em seu site, onde ficará disponível por 30 dias. O cursista aprovado terá um prazo para realizar sua matrícula e assinar termo de compromisso (participar do curso até o seu encerramento). A nota mínima para fazer parte da lista de aprovados é 3.0 pontos (conforme quadro de pontuação do processo seletivo Anexo I e II).

VI – JUSTIFICATIVA

No Brasil o setor público vem se transformando nas últimas décadas, mas as mudanças mais alarmantes estão por vir, pois a concorrência cada vez mais presente decorrente do mercado globalizado tem exigido mais eficiência da administração pública. Assim, o Estado brasileiro, em toda sua estrutura, apresenta cada vez mais complexidades. Gerenciar questões como acesso à moradia, saneamento básico, educação, saúde, transporte, entre outras necessidades humanas, requerem soluções eficientes e contemporâneas, pois toda a sociedade necessita e tem direito a estes serviços.

Dito isto, é notório que o serviço público precisa de um gestor preparado para estes desafios e que além de coordenar, possa definir estratégias, aplicar teorias administrativas modernas e considerar as legislações específicas, para assim assegurar em suas atividades diárias, decisões embasadas na ética, governança, finanças, contabilidade e orçamento público.

Pensando nisso, a Escola Judicial do Amapá chegou à premissa de que um dos pilares para o desenvolvimento humano é o acesso ao conhecimento; aliado à outros fatores que contribuam com a evolução das capacidades de seus colaboradores. Neste sentido, a EJAP vem planejando ações educativas

centradas na evolução das pessoas, por entender que o acesso ao conhecimento tem um forte potencial para transformar a forma de pensar e agir dos indivíduos. Assim, tem ampliando e aprimorado sua trilha formativa para incluir, já no ano de 2020, curso de pós-graduação *latu sensu* em seu cronograma anual, ofertando aos magistrados, servidores e colaboradores oportunidades que possam gerar novos conhecimentos.

Deste modo, que estes conhecimentos estejam além das habilidades técnicas habituais, mas que acompanhem as grandes inovações tecnológicas que marcam o século XXI. Estas oportunidades irão trazer, ao mesmo tempo, a produção de pesquisa e o aprofundamento de estudos relacionados a melhoria e inovações importantes para nossa instituição, e por sua vez, uteis para atender as crescentes demandas dos jurisdicionados.

No entanto, ao ofertar um curso que considera o contexto e a realidade do poder judiciário, a EJAP tem a possibilidade pedagógica de abordar especificidades que dificilmente seriam tratadas em instituições de ensino fora da realidade dos tribunais de justiça. Por este motivo, ao difundir os conhecimentos e as tecnologias na esfera do Poder Judiciário, a EJAP abre caminhos para melhoria dos processos de trabalho, trazendo possíveis transformações sociais, através da inovação e do conhecimento.

Além disso, as diretrizes pedagógicas da ENFAM (2017) destacam que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho decorrentes da mundialização da economia, a reestruturação produtiva e as novas formas de relação entre Estado e sociedade civil, alteraram radicalmente as demandas de educação dos profissionais que atuam em todas as áreas do conhecimento. Desta forma, o curso Gestão Pública busca desenvolver gestores públicos com habilidade e competências específicas da gerência de instituições governamentais, sobretudo de órgãos judiciais, para que possa eficientemente administrar pessoas, recursos e projetos em sintonia com a demanda social.

VII – OBJETIVOS

a) Objetivo Geral

Garantir aos profissionais elementos teóricos e práticos capazes de atender às demandas por conhecimento relacionadas ao ambiente institucional do Poder Judiciário, aprimorando assim a gestão administrativa e a prestação jurisdicional para que se preze sempre pelos interesses e benefícios da sociedade.

b) Objetivos Específicos

- Proporcionar formas modernas de gestão pública, considerando as legislações específicas do Poder Judiciário em seu âmbito federal e estadual/AP;
- Aplicar as principais práticas de Gestão Pública por meio dos Planos de Melhoria e Inovação construídos a partir deste curso e aplicados à prática jurídica;
- Discutir sobre o gerenciamento, acesso e efetividade das políticas públicas locais e estimular a produção científica no âmbito do poder público e no campo jurídico.

VIII – CARGA-HORÁRIA:

O curso de pós-graduação *lato sensu* “Gestão Pública” contemplará uma carga horária total de **368h/a** e **38 créditos**. Está estruturada com 17 componentes curriculares, sendo 16 delas com 20h/a e 2 créditos e 1 com 24h e 2 créditos, quatro seminários referentes aos Tópicos Especiais em Gestão Pública (1 tópico com 12h e os demais com 4h cada e 1 crédito) e o TCC (mais 30 dias para elaboração e 1 crédito). Os componentes serão ministrados em 17 encontros mensais, durando então dezessete meses. E os seminários temáticos ocorrerão ao longo dos semestres e terão datas próprias descritas no cronograma – Anexo III.

A distribuição da carga horária proposta no curso assegura que o cursista participe adequadamente de todas as atividades previstas (aulas teóricas,

práticas, seminários e produção do TCC). O cursista terá o prazo de mais 30 dias para a produção e apresentação do TCC, que poderá ser um artigo científico ou Projeto de Melhoria e Inovação, a critério do cursista.

IX – PERÍODO E PERIODICIDADE

O curso de especialização pretende ser iniciado em março de 2021, perfazendo um total de 17 meses de aulas dos componentes curriculares, logo a previsão de término será em agosto de 2022. Haverá um distanciamento de até 30 dias entre os módulos. Ao final de todos os componentes o cursista terá o prazo de 30 dias para produção e apresentação (defesa) do seu trabalho de conclusão de curso.

Cada componente será desenvolvido uma vez por mês, durante uma semana (segunda a sexta), no período da tarde, de 15h as 18h40. Assim, serão 5 (cinco) dias de aula, cada dia com 4 (quatro) aulas de 50 (cinquenta) minutos, e teremos, a critério do professor, um intervalo de 20 minutos a iniciar às 16h40, conforme segue:

Quadro 3 – Horário de Aula

AULAS	HORÁRIO
1ª Aula	15h – 15h50
2ª Aula	15h50 – 16h40
Intervalo	16h40 – 17h
3ª Aula	17h – 17h50
4ª Aula	17h50 – 18h40

Será realizada uma aula inaugural do curso no dia 12 de março de 2021, às 19 horas, no auditório do Tribunal Pleno.

X – COMPOSIÇÃO DO CORPO DOCENTE

O Curso terá como coordenador técnico Paulo Sérgio Alves Bezerra, e como coordenador pedagógico José Almir Viana Nunes.

Os docentes selecionados para compor o referido quadro, a partir da chamada 01/2020, estão elencados abaixo, com nome e a descrição de sua maior titulação (cópias dos diplomas estão em anexo a este PPC).

O corpo docente será formado por professores mestres, doutores e especialistas, sendo 6 doutores, 11 mestres e 3 especialistas, conforme o quadro a seguir.

Quadro 4 – Perfil do Corpo Docente

Nº	NOME DO DOCENTE	MAIOR TITULAÇÃO	VÍNCULO
1	Cláudio Márcio C. de Mendonça	Doutor	Docente Externo/Contrato
2	Ângela do Socorro P. F. Martins	Especialista	Docente Titular/ Quadro TJAP
3	Dorival da Costa dos Santos	Doutor	Docente Externo/Contrato
4	Erick Franck da Paixão	Mestre	Docente Externo/Contrato
5	Diego Moura de Araújo	Mestre	Docente Titular/ Quadro TJAP
6	Edmundo Tork Filho	Mestre	Docente Externo/Contrato
7	Mariana Moraes Miccione	Doutora	Docente Externo/Contrato
8	Cadú Calixto de C. dos Santos	Mestre	Docente Titular/ Quadro TJAP
9	Antônio Sabino da Silva Neto	Mestre	Docente Externo/Contrato
10	Glauber Ruan Barbosa Pereira	Doutor	Docente Externo/Contrato
11	A definir	--	--
12	Robson Antônio Tavares Costa	Doutor	Docente Externo/Contrato
13	Paulo Sérgio Alves Bezerra	Mestre	Docente Titular/ Quadro TJAP
14	Job Duarte Morais	Mestre	Docente Titular/ Quadro TJAP
15	Luiz Hamilton Roberto da Silva	Mestre	Docente Titular/ Quadro TJAP
16	Bruno de Oliveira Rodrigues	Mestre	Docente Externo/Contrato
17	Sheila Trícia Guedes Pastana	Doutora	Docente Externo/Contrato

Tópicos Especiais

Nº	Nome do Docente	Maior Titulação	Vínculo
1	Elvis Azevedo de Araújo	Mestre	Docente Externo/Contrato
2	Lana Karina Pinon	Especialista	Docente Titular/ Quadro TJAP
3	Elayne da Silva Ramos Cantuária	Mestre	Docente Titular/ Quadro TJAP
4	Esclepiades de Oliveira Neto	Especialista	Docente Titular/ Quadro TJAP

XI – MATRIZ CURRICULAR | 368h/a + TCC, no total 38 créditos

A primeira especificação em relação a Matriz Curricular é que o Curso em Gestão Pública não foi concebido para o processo de operacionalização – saber fazer –, mas principalmente para aumentar o conhecimento técnico sobre as temáticas discutidas, para fim de fundamentar o processo de decisão dos gestores do Tribunal de Justiça do Estado Amapá. Assim sendo, a Matriz Curricular estrutura-se em quatro eixos:

Eixo 1- Formação Básica: Totaliza uma carga horária de 140 horas e é constituído de componentes identificados como necessários para nivelar os conhecimentos dos cursistas sobre os assuntos pertinentes;

Eixo 2- Formação Profissional: Com carga horária total de 204 horas, refere-se a componentes específicos para a especialização do profissional que se deseja para o TJAP;

Eixo 3- Tópicos Especiais: Definido com uma carga horária de 24 horas, corresponde a seminários e palestras relacionadas a temáticas importantes para o TJAP, mas considerando a finalidade do curso não foi necessário estabelecer como componentes curriculares;

Eixo 4- Trabalho de Conclusão de Curso: Deverá tratar de assuntos vinculados ao curso e de interesse do TJAP.

Será apresentado, a seguir a Matriz Curricular de Gestão Pública com seus componentes, carga horária e créditos:

	Nº	COMPONENTES	CARGA-HORÁRIA/ CRÉDITOS
FORMAÇÃO BÁSICA 140h	01	Metodologia Científica	20h/ 2 créditos
	02	Gerenciamento de Projetos e elaboração do PMI	20h/ 2 créditos
	03	Ética e Cidadania	20h/ 2 créditos
	04	Economia do Setor Público	20h/ 2 créditos
	05	Direito Administrativo	20h/ 2 créditos
	06	Contabilidade Gerencia para Gestores Públicos	20h/ 2 créditos
	07	Cultura Organizacional	20h/ 2 créditos
FORMAÇÃO PROFISSIONAL 204h	08	Inovação na Administração Pública	20h/ 2 créditos
	09	Políticas Públicas Sociais	24h/ 2 créditos
	10	Gestão do conhecimento na Administração Pública	20h/ 2 créditos
	11	Governança Pública	20h/ 2 créditos
	12	Gestão de Pessoas na Administração Pública	20h/ 2 créditos
	13	Orçamento Público	20h/ 2 créditos
	14	Estratégia e Planejamento na Administração Pública	20h/ 2 créditos
	15	Sistema de Informação e de Comunicação na Administração Pública	20h/ 2 créditos
	16	Controle da Administração Pública	20h/ 2 créditos
TÓPICOS ESPECIAIS EM GESTÃO PÚBLICA 24h	17	Gestão da Qualidade na Administração Pública	20h/ 2 créditos
	18	Governo Eletrônico	4h/ 1 crédito
	19	Gestão de Licitações, Contratos e Convênios	4h/ 1 crédito
	20	Política de Sustentabilidade na Administração Pública	4h/ 1 crédito
	21	Política de Gestão de Pessoas e as Resoluções do CNJ: Gestão por Competências, Teletrabalho e Força de trabalho	12h/ 1 crédito
TOTAL			368h 38 créditos

XII – EMENTA E BIBLIOGRAFIA

FORMAÇÃO BÁSICA (140 HORAS)		
Componente: Metodologia Científica	Código:	Carga horária: 20 horas
Ementa: Ciência: definição, o método científico, contribuição para o desenvolvimento, fraudes e erros. Funções e atividades na ciência. Aperfeiçoamento do profissional científico. Importância da estatística na ciência. Projeto de pesquisa. Técnicas de elaboração de projeto de pesquisa. Etapas da elaboração de projetos de pesquisa. Tipos de documentos científicos (projetos, artigos científicos e revisões bibliográficas). Trabalhos acadêmicos. Estrutura de trabalhos acadêmicos. Diretrizes para Estruturação e Elaboração de Trabalhos Acadêmicos. Normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas para projetos e trabalhos acadêmicos. Normas de redação científica. Uso da biblioteca, consulta eletrônica. Como apresentar trabalhos científicos. Referência Bibliográfica 1. ALMEIDA, M. S. Elaboração de projeto, tcc, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva. São Paulo: Atlas, 2011. 80 p. 2. COSTA, M. A. F. da. Projeto de pesquisa: entenda e faça. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. 134 p. 3. CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p. 4. ESTRELA, C. (org.). Metodologia científica: ciência, ensino e pesquisa. 3. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2018. 707 p. 5. FERREIRA, G. Redação científica: como entender e escrever com facilidade. São Paulo: Atlas, 2011. 155 p. 6. HERNÁNDEZ-SAMPIERI, R.; TORRES, C. P. M. Metodología de la investigación: las rutas cuantitativa, cualitativa y mixta. 7. ed. Cidade de México: McGraw-Hill, 2018. 714 p. 7. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 248 p. 8. MICHEL, M. H. Metodologia e pesquisa científica em Ciências Sociais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 204 p. 9. OLIVEIRA, S. L. Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 2004. 320 p. 10. SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia. 13. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 425 p. 11. SANTOS, I. E. dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 9. ed. Niterói: Impetus, 2012. 384 p. 12. VOLPATO, G. Bases teóricas para redação científica. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. 125 p.		
Componente: Gerenciamento de projetos e elaboração do PMI	Código:	Carga horária: 20 horas
Ementa: Noções do histórico do gerenciamento de projetos no mundo e no Brasil. Conceitos básicos de gerenciamento de projetos - GP. Noções básicas das 3 escolas de GP: Tradicionais. Ágil e híbrida. Quadro: Problema, Construção, Uso e Valor – PCUV. Metodologia Lean. Gerenciamento de projetos aplicado a gestão pública. Gerenciamento de Projetos no Tribunal de Justiça do Amapá: função social e projetos de inovação. Modelagem ágil de planos de projeto. Projeto de Melhoria e Inovação – PMI como estratégia educacional e de gestão. O gerenciamento de projetos e os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS. Como solucionar problemas e inovar através do empreendedorismo. Elaboração do PMI.		

Referência Bibliográfica

1. Guia PMBOK, 6a edição.
2. CAMARGO, Robson; RIBAS, Thomaz. Gestão ágil de projetos: as melhores soluções para suas necessidades. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.
3. _____. PM Visual: gestão de projetos simples e eficaz. São Paulo: Saraiva, 2016.
4. CAROLI, Paulo. LeanInception: como alinhar pessoas e construir o produto certo. São Paulo: Editora Caroli, 2018.
5. JUNIOR FINOCCHIO, José. Project ModelCanvas. 2a ed. São Pulo: Saraiva Educação, 2020.
6. MASSARI, Vitor L. Gerenciamento Ágil de Projetos. 2a ed. São Paulo: Brasport, 2018.
7. TERRIBILI FILHO, Armando. Gerenciamento de projetos em 7 passos: uma abordagem prática. São Paulo: Mbooks, 2011.
8. KERNER, Harold. Gestão de Projetos: as melhores práticas. 3a ed. Porto Alegre: Bookmam, 2016.
9. MONTES, Eduardo. Introdução ao gerenciamento de projetos. Série de livros da Escritório de Projetos (ebook). Disponível em Amazon Livros, 2017.
10. PIRES, Claudio. Gestão por processos na prática. 3a ed. Disponível em: <http://leanpub/gestãoporprocessos> (ebook): LeanPub, 2020.

Componente: Ética e Cidadania

Código:

Carga horária:

20 horas

Ementa: Aspectos conceituais da ética. Fundamentos éticos e morais do comportamento humano. Ética como prescrição de condutas. Ética no serviço público. Responsabilidade ética, cidadania e função pública. Aspectos conceituais da vida pública: república e democracia; estado, cidadania e império da lei. Aspectos da cidadania. Direitos de cidadania. Estratégias para a promoção da ética e da cidadania no serviço público.

Referência Bibliográfica

1. ANDRADE, Marcelo. A banalidade do mal e as possibilidades de educação moral: contribuições arendtianas. Revista Brasileira de Educação, v. 15, n. 43, jan-abr, 2010.
2. ARENDT, Hannah. A vida do espírito. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2000.
3. BIGNOTTO, Newton. Pensar a república. Belo Horizonte: Editora da UJFMG, 2000.
4. CÂNDIDO, Antonio Pereira. Ética na gestão pública. Florianópolis: Publicações do IF-SC, 2011.
5. ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Apostila Ética e Serviço Público. Brasília, 2016.
6. PINTO, Francisco Rogério Madeira. Ética e política no pensamento de Hannah Arendt. Dissertação de Mestrado - Ciência Política, UNB, 2006.
7. RIOS, Olinda. Ética e exercício da cidadania: o papel da administração pública. Anais do 8º Congresso Nacional de Administração Pública de Portugal, 2011.pp. 168-188.
8. ROCHA, Kátia Janine. Ética e cidadania no setor público. Cuiabá: Editora da UFMT, 2008.
9. SOARES, Yann Carvalho Gesteira. Comportamento ético na gestão pública: historicidade e tendência. Trabalho de Conclusão de Curso - Bacharelado em Administração. Universidade Federal da Paraíba, 2019.
10. SOUKI, Nadia. Hannah Arendt e a banalidade do mal. Belo Horizonte: Editora da UJFMG, 1998.
11. WAGNER, Eugenia Sales. Hannah Arendt: ética e política. São Paulo: Ateliê, 2017.

Componente: Economia do Setor Público

Código:

Carga horária:

20 horas

Ementa: O papel do Setor Público nas economias modernas. Caracterização do Setor Público. Padrões de intervenção do Estado. As funções econômicas do Estado: Alocativa, Distributiva e

Estabilizadora. Efeitos da intervenção governamental na economia e no bem-estar dos agentes econômicos.		
Referência Bibliográfica 1. BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia. Tradução da 2a edição americana. São Paulo Editora Campus, 2011. 2. GIAMBIAGI, F. e ALÉM, Ana C. - Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil - Ed. Campus - Rio de Janeiro – 1999. 3. PEREIRA, José Matias - Finanças Públicas - A Política Orçamentária no Brasil - Editora Atlas - SP – 1999. 4. REZENDE DA SILVA, Fernando A. Finanças Públicas. Editora Atlas - 2a. Edição – 2001. 5. RIANI, Flávio - Economia do Setor Público - Atlas - 4a. Edição – 2002.		
Componente: Direito Administrativo	Código:	Carga horária: 20 horas
Ementa: Estudo da função administrativa do Estado. O Direito Administrativo como instrumento da administração pública. Princípios do Direito Administrativo. Atividades e Entidades administrativas. Agentes Públicos. Servidores Públicos. Cargos, funções e empregos públicos. Serviço público e sua delegação. Atos e Fatos administrativos. Atividades e Poderes administrativos. Poder de polícia do Estado.		
Referência bibliográfica A definir com o docente		
Componente: Contabilidade Pública gerencial para gestores	Código:	Carga horária: 20 horas
Ementa: Estudos da Contabilidade para a tomada de decisão e ao controle gerencial no setor público. Contabilidade no contexto do processo decisório. Principais conceitos contábeis para o processo decisório. Relatórios gerenciais como auxiliares do processo decisório (Informações orçamentárias e financeiras X desempenho institucional). O patrimônio público. Inventário.		
Referência bibliográfica 1. ANGÉLICO, João. Contabilidade Pública. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 2. ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes. Contabilidade Pública: da teoria a prática. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 3. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm >. Acesso em: 09 out. 2020. 4. BRASIL. Lei nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm >. Acesso em: 09 out. 2020. 5. BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm >. Acesso em: 09 out. 2020. 6. ESTADO DO AMAPÁ. Lei de Diretrizes Orçamentárias (2019). 7. ESTADO DO AMAPÁ. Lei de Diretrizes Orçamentárias (2020). 8. ESTADO DO AMAPÁ. Lei Orçamentária Anual (2019). 9. ESTADO DO AMAPÁ. Lei Orçamentária Anual (2020).		

10. FEIJÓ, Paulo Henrique; Carvalho Júnior, Jorge Pinto de; Ribeiro, Carlos Eduardo. Entendendo a Contabilidade Orçamentária Aplicada ao Setor Público. Brasília. Editora Gestão Pública. 2015. 11. ROSA, Maria Berenice. Contabilidade do Setor Público. São Paulo: Atlas, 2011. 12. SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 8ed. (Válido a partir de 2019). Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/tesouro-nacional-publica-oitava-edicao-do-mcasp-para-2019>;		
Componente: Cultura Organizacional	Código:	Carga horária: 20 horas
Ementa: Os conceitos de cultura. Definição de cultura na organização. As influências culturais brasileiras na Cultura organizacional. As formas de manifestação da cultura organizacional. A cultura oficial e as “subculturas”. Cultura oficial e a cultura informal. A mudança dos padrões culturais. O papel da liderança nas mudanças culturais. Cultura organizacional como fator de produtividade.		
Referência bibliográfica A definir com o docente		
FORMAÇÃO PROFISSIONAL (204 HORAS)		
Componente: Inovação na Administração Pública	Código:	Carga horária: 20 horas
Ementa: Contexto da inovação no serviço público: histórico e conceitos de inovação. Inovação em gestão pública. Facilitadores e limitadores da inovação no setor público. Difusão de inovação. Inovação em serviços: desafios conceituais. Tipos, modelos e trajetórias da inovação em serviços. Modelos de inovação no setor público.		
Referência bibliográfica A definir com o docente		
Componente: Políticas públicas sociais	Código:	Carga horária: 24 horas
Ementa: Conceitos de políticas públicas. Abordagens teóricas do estudo das políticas públicas. Dimensões de análise das políticas públicas: tipos de políticas públicas e atores de políticas públicas. Fases do processo de elaboração de políticas públicas: Formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação e extinção. Avaliação de políticas públicas.		
Referência bibliográfica A definir com o docente		
Componente: Gestão do conhecimento na Administração Pública	Código:	Carga horária: 20 horas
Ementa: Sociedade do conhecimento. Conhecimento individual x organizacional. Dados, informação e conhecimento. Processos gerenciais na organização do conhecimento. Gestão estratégica do conhecimento. Modelos de gestão do conhecimento.		
Referência Bibliográfica 1. ANGELONI, M.T. (org.). Organizações do conhecimento: infra-estrutura, pessoas e tecnologia. São Paulo: Saraiva, 2002. 215p.		

2. BRESSER PEREIRA, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. Reforma do Estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
3. CIANCONI, R. Gestão da informação na sociedade do conhecimento. 2. ed. Brasília: SENAI/DN, 2001. 120 p. (Série SENAI Formação de Formadores).
4. COSTA, M. D.; KRÜCKEN, L.; ABREU, A. F. de. Gestão da informação ou gestão do conhecimento? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19, 2000, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre, 2000. (cd-rom/T114.PDF)
5. COSTA, M. D.; SILVA, I. Inteligência competitiva: uma abordagem sobre a coleta de informações publicadas. Informação & Sociedade: estudos, v.9, n.1, p.11-28, 1999.
6. DAVENPORT, T. Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998. 316p.
7. DAVENPORT, T.; MARCHAND, D. A. ; DICKSON, T. Dominando a gestão da informação. Porto Alegre: Bookman, 2004. 407 p.
8. DAVENPORT, T.; PRUSAK, L. Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998. 237p.
9. GAETANI, F. O ensino de administração pública no Brasil em um momento de inflexão. In: Revista do Serviço Público. Ano 50, nº 04, out-dez, 1999.
10. GOMES, E.; BRAGA, F. Inteligência competitiva: como transformar informação em um negócio lucrativo. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 120p.
11. LASTRES, M. M. H.; ALBAGLI, S. (org.). Informação e globalização na era do conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 318p.
12. NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. Criação de conhecimento na empresa. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 358p.
13. NORTH, K. Gestão do conhecimento um guia prático rumo à empresa inteligente. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora Ltda. 288 p., 2010.
14. PRESCOTT, J. E.; MILLER, S. H. I (ed.). Inteligência competitiva na prática: técnicas e práticas bem-sucedidas para conquistar mercados. Rio de Janeiro: Campus, 2002. 371p.
15. SOUZA, I.M. Gestão das Universidades Federais Brasileiras: uma abordagem fundamentada na Gestão do Conhecimento. Programa de Pós Graduação em Engenharia do Conhecimento. Tese de doutorado, 2009 _____. Gestão Pública no Contexto da Gestão do Conhecimento. In: MEDEIROS, Paulo César; LEVY, Evelyn (Org.) Construindo uma nova gestão pública. Natal, RN:SEARH/RN, 2010.
16. SVEIBY, K. E. A nova riqueza das organizações: gerenciando e avaliando patrimônios do conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 1998. 260p.
17. TARAPANOFF, K. (org.). Inteligência organizacional e competitiva. Brasília: Editora UnB, 2001. 343p.
18. TERRA, J. C. C. Gestão do conhecimento: o grande desafio empresarial. São Paulo: Negócio Editora, 2000. 283p.

Componente: Governança Pública	Código:	Carga horária: 20 horas
Ementa: Informações históricas sobre Governança. Perspectivas de observação (Sociedade e Estado, Esferas de Poder, Políticas Públicas, Órgãos e Entidades). Relação Principal X Agente no setor público. Sistema de Governança no setor público. Funções de Governança e Gestão. Princípios básicos de Governança para o setor público. Diretrizes para a boa Governança. Mecanismos de Governança. Práticas relativas à Estratégia. Práticas relativas à Liderança. Práticas relativas ao Controle.		

Referência bibliográfica A definir com o docente		
Componente: Gestão de Pessoas na Administração Pública	Código:	Carga horária: 20 horas
Ementa: Evolução da gestão de pessoas no setor público. Gestão por Competências (Conceitos, dimensões e mapeamento). Gestão do Desempenho (métodos de avaliação de desempenho, plano de desenvolvimento individual (PDI) e feedback). A dinâmica da gestão de pessoas: Competências organizacionais e Competências individuais. Treinamento e Desenvolvimento de pessoas. Estudo da legislação de pessoal no setor público: regimes jurídicos, concurso público, recrutamento, cargos e salários, carreira, funções, treinamento, terceirização, estabilidade, aposentadoria e previdência.		
Referência bibliográfica 1. BERGUE, S. T. Gestão estratégica de pessoas no setor público. São Paulo: Atlas. 2014. 312 p. 2. CARBONE, P. P. Gestão por competência e gestão do conhecimento. Rio de Janeiro: FGV, 2009. 3. CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas. Rio de Janeiro. Elsevier, 2008 4. DUTRA, J. S. Gestão de Pessoas: modelos, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2002. 5. FARIAS, P. C. L; GAETANI, F. "A política de recursos humanos e a profissionalização da administração pública no Brasil do século XXI: um balanço provisório". Lisboa: CLAD, 2002.		
Componente: Orçamento Público	Código:	Carga horária: 20 horas
Ementa: Instrumentos de planejamento governamental: Plano Plurianual - PPA. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. Lei Orçamentária Anual – LOA. Princípios orçamentários. Ciclo orçamentário. Receita orçamentária. Previsão da receita. Despesa orçamentária. Classificação da despesa. Etapas da despesa orçamentária. Créditos adicionais. Conceitos de Restos a Pagar, Suprimento de Fundos, Despesas de Exercícios Anteriores, e Dívidas Públicas. Receita e Despesa Extra orçamentária. Resoluções n. 194 e 195 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.		
Referência bibliográfica A definir com o docente		
Componente: Estratégia e Planejamento na Administração Pública	Código:	Carga horária: 20 horas
Ementa: O Planejamento como ferramenta essencial para o desenvolvimento institucional. Evolução do planejamento no Brasil. Abordagem crítica do modelo brasileiro de planejamento governamental. O pensamento estratégico aplicado às organizações públicas. Os componentes do planejamento estratégico. Processo de formação e implantação da estratégia nas organizações. Implementação e acompanhamento estratégico. Desafios e atributos do planejamento estratégico em organizações públicas. As Resoluções do CNJ sobre planejamento estratégico.		
Referência Bibliográfica 1. BRESSER-PEREIRA, L. C. Construindo o Estado Republicano: democracia e reforma da gestão pública. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009. 2. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 70, de 18 de março de 2009. Disponível em https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/118 . Acesso em 09.10.2020. 3. _____. Resolução nº 76, de 12 de maio de 2009. Disponível em https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/110 . Acesso em 09.10.2020.		

4. _____. Resolução nº 198, de 01 de julho de 2014. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2029>. Acesso em 09.10.2020.
5. _____. Resolução nº 325, de 29 de junho de 2020. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3365>. Acesso em 09.10.2020.
6. IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2009.
7. _____. Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2010a.
8. _____. A controvérsia do planejamento na economia brasileira: coletânea da polêmica Simonsen x Gudín. Brasília: Ipea, 2010b. 514 A Reinvenção do Planejamento Governamental no Brasil.
9. _____. Estado, instituições e democracia: república. In: Projeto perspectivas do desenvolvimento brasileiro. Brasília, livro 9, v. 1, 2010c.
10. _____. Estado, instituições e democracia: democracia. In: Projeto perspectivas do desenvolvimento brasileiro. Brasília, livro 9, v. 2, 2010d.
11. _____. Estado, instituições e democracia: desenvolvimento. In: Projeto perspectivas do desenvolvimento brasileiro. Brasília, livro 9, v. 3, 2010e.
12. KAPLAN, Robert; NORTON, David. A Estratégia em Ação: Balanced Scorecard. 20ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
13. _____. Mapas Estratégicos: Convertendo Ativos Intangíveis em Resultados Tangíveis. 1ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
14. _____. A execução premium: a obtenção de vantagem competitiva através do vínculo da estratégia com as operações do negócio. Trad: Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
15. MINTZBERG, H; AHLSHOND, B; LOMPEL, J. Safari de Estratégia; Porto Alegre: Bookman, 2000.
16. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. 32ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.
17. PORTER, M. Estratégia Competitiva: Técnicas para Análise de Indústrias e da Concorrência; Rio de Janeiro: Campus, 1986.
18. PEREIRA, Jose Matias. Curso de Administração Pública - Foco Nas Instituições e Ações Governamentais - 4ª Ed. 2014.
19. REZENDE, D.A. Planejamento Estratégico Público ou Privado: guia para projetos em organizações de governo ou de negócios. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Componente: Sistema de Informação e Comunicação na Administração Pública	Código:	Carga horária: 20 horas
Ementa: Fundamentos de sistemas, processos e informações. Alinhamento estratégico da tecnologia da informação ao setor público. Gestão de tecnologia da informação no setor público. Planejamento estratégico e tecnologia da informação. Introdução ao planejamento da tecnologia da informação. Tecnologia da informação e transparência pública. Os conceitos de comunicação pública. As relações entre o Estado e a sociedade civil mediadas pela comunicação pública. As modernas técnicas e as ações de comunicação pública. O papel dos meios de comunicação.		
Referência bibliográfica		
1. ALBUQUERQUE, Jader Cristiano Magalhães. Sistemas de Informações e comunicação no setor público. 3. Ed. Florianópolis: UFSC, Departamento de Ciências da Administração; [Brasília - DF]; CAPES, UAB, 2012.		

2. LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. Gerenciamento de sistemas de informação. Rio de Janeiro: LTC, 1999. 3. STAIR, Ralph M. Sistemas de informação: uma abordagem gerencial. Rio de Janeiro: LTC, 1998.		
Componente: Controle da Administração Pública	Código:	Carga horária: 20 horas
Ementa: Principiologia constitucional. Sistema de Controle Interno, seu conceito, abrangência e aplicação. Consultoria e Auditoria Interna. Sistema de Controle Externo, seu conceito, abrangência e aplicação. Auditoria Externa. Prestação de contas anual. Controle Social. Compliance. Gestão de Riscos. Accountability. Transparência Pública. As Resoluções do CNJ sobre Transparência.		
Referência bibliográfica 1. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 2. JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 8. ed. rev., ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2012. 3. MADEIRA, José Maria Pinheiro. Administração Pública. 11 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 4. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 27 ed. São Paulo: Malheiros, 2010.		
Componente: Gestão da Qualidade na Administração Pública	Código:	Carga horária: 20 horas
Ementa: Evolução e definições da qualidade. Legislação sobre qualidade na Administração Pública. Princípios da qualidade. O planejamento da qualidade. As ferramentas da qualidade. A qualidade em Serviços. A qualidade e a produtividade. Gestão integrada da qualidade.		
Referência bibliográfica A definir com o docente		
TÓPICOS ESPECIAIS EM GESTÃO PÚBLICA		
Componente: Governo Eletrônico	Código:	Carga horária: 4 horas
Ementa: Administração Pública e o uso da tecnologia da informação. Orientação dos serviços públicos para o cidadão. Os aspectos políticos, técnicos e organizacionais para o governo eletrônico. Políticas públicas voltadas para o governo eletrônico.		
Referência bibliográfica A definir com o docente		
Componente: Gestão de Licitações, Contratos e Convênios	Código:	Carga horária: 4 horas
Ementa: Licitação: Aspectos gerais, princípios da licitação, modalidades, dispensa e inexigibilidade, fases da licitação, revogação e anulação. Contratos: formalização, direitos e deveres, execução, alteração, inexecução, extinção, fiscalização e pagamento. Convênios: aspectos gerais, objetos, participantes, formalização, transferências, execução, controle e prestação de contas.		
Referência bibliográfica A definir com o docente		

Componente: Política de Sustentabilidade na Administração Pública	Código:	Carga horária: 4 horas
Ementa: Breve histórico das conferências internacionais sobre meio ambiente. Sustentabilidade e Desenvolvimento sustentável. A agenda ambiental da Administração Pública – A3P. Plano de Gestão de Logística Sustentável. Plano de Gestão de Resíduos Sólidos. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Compras Públicas Sustentáveis. Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração. Acórdão TCU n. 1056/2017.		
Referência bibliográfica A definir com o docente		
Componente: Política de Gestão de Pessoas e as Resoluções do CNJ: Gestão por Competências, Teletrabalho e Força de trabalho	Código:	Carga horária: 12 horas
Ementa: A definir		
Referência bibliográfica A definir com o docente		

XIII – METODOLOGIA

A proposta pedagógica do curso enfatiza a especialização profissional por meio de aulas que possibilitarão o desenvolvimento de capacidades de raciocínio jurídico para análise e aplicação dos fundamentos teóricos para resolução de casos concretos.

Vale destacar ainda que as Escolas Judiciais obedecem às diretrizes pedagógicas estabelecidas pela Escola Nacional de Formação de Magistrados – ENFAM, e nelas constam orientações metodológicas importantes e que fazem parte de uma construção coletiva advinda da cultura organizacional e da visão humanística e interdisciplinar do conhecimento.

Em síntese, o percurso metodológico será composto de: problematização, teorização, formulação de hipóteses e proposta de intervenção, os quais integram uma didática dialética que compreende o homem na relação entre reflexão e ação, teoria e prática como instrumentos de transformação da realidade. (GASPARIN, 2005).

Trata-se do uso de Metodologias Ativas que rompe com práticas baseadas no tecnicismo da educação, em que os estudantes são submetidos a

intensas aulas expositivas com transmissão de doutrinas e leituras de códigos. Para Bacich e Moran (2018) a Metodologia Ativa visa o desenvolvimento integral e competências que despertam o ser crítico e criativo na práxis do trabalho, além de problematizar a realidade. Para isto, as aulas visarão o desenvolvimento de atividades teórico-práticas por meio de análise de situações reais, em estudos de casos, simulações, análise e soluções de problemas, debates, ciclo de aprendizagem vivencial, ou outras metodologias participativas.

XIV – FREQUÊNCIA

Seguindo as diretrizes do Ministério da Educação e Cultura - MEC, a somatória de frequência e aproveitamento de estudos dos componentes não poderá ser inferior a 75% do total planejado. A frequência dos cursistas será registrada por meio digital, tal qual nos demais cursos da EJAP, e serão computadas no final dos componentes.

XV – SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

A EJAP estimula o seu corpo docente ao uso do modelo de avaliação formativa, e a seguirem as diretrizes da ENFAM (2017). Na avaliação formativa Libâneo (1991) destaca que o foco da verificação está no processo de ensino-aprendizagem, tendo como ponto de partida indicadores e critérios construídos em sala de aula com os cursistas. Já as diretrizes da ENFAM orientam os temas variados e questões surgidas a partir da prática da atividade jurisdicional, de forma a possibilitar ao cursista uma atuação alinhada ao contexto profissional ao qual está inserido.

Considerando a visão de homem como ser autônomo e sujeito de mudanças, alinhado no Projeto Pedagógico Institucional da Escola Judicial do Amapá, as atividades de avaliação estimularão a capacidade de: interpretar uma situação-problema e propor soluções; propor novas formas de trabalho ou de novos processos de trabalho (inovação); trabalhar harmoniosamente em equipe para resolver problemas; desenvolver a pontualidade na entrega das atividades; frequências às aulas; e outras as quais os docentes julgarem interessante

avaliar. Importa ressaltar que quem avalia a aprendizagem são: professor e aluno; e a forma de avaliar deve ser construída por estes, pois a EJAP indica que esta construção seja fruto da discussão colaborativa na escola.

XVI – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO-TCC

Devido ao formato e objetivo almejado pelo curso de pós-graduação da EJAP, traz-se para o cursista uma inovação quanto ao trabalho de conclusão de curso: a escolha de elaboração de artigo científico ou um “Projeto de Melhoria e Inovação – PMI”.

Busca-se com isso estimular a criatividade, o empreendedorismo e a geração de soluções tecnológicas. Assim, após a conclusão de todos os componentes o cursista terá o prazo de 30 dias para se dedicar inteiramente a produção do seu TCC, conforme sua opção.

Caso sua escolha seja pelo artigo científico, este deverá ser entregue na secretária da EJAP para avaliação.

Caso opte pelo PMI, este deverá ser, além de escrito, apresentado para uma banca avaliadora.

Ambos os formatos de TCC exigem a escolha de um orientador entre os professores do curso, e deverão ser voltados à discussão e solução de necessidades, lacunas e problemas do cotidiano de trabalho, compondo o Laboratório de Ciência, Tecnologia e Inovação da Escola Judicial do Amapá.

Ao final dos componentes será organizado um evento científico, onde os melhores trabalhos poderão ser apresentados e publicados na revista da EJAP e em sua seção permanente em seu sítio eletrônico www.ejap.online.

XVII – CERTIFICAÇÃO

Após a finalização do curso, com frequência e aprovação em todas os componentes e apresentado o PMI, a EJAP terá até 30 dias úteis para a emissão do certificado e título de especialista em “Gestão Pública”. Este certificado estará disponível ao cursista no sistema da EJAP, no campo SIG, tal qual ocorre ao final dos cursos ofertados pela escola.

XVIII – INFRAESTRUTURA FÍSICA

a) Salas de Aula

O curso proposto será realizado na sede da EJAP, situada na Raimundo Álvares da Costa, Nº 552 – Centro, Macapá-AP, em que conta com uma estrutura de 2 elevadores, recepção ativa 24hs, alarme anti-incêndio, sistema próprio de água e gerador de energia.

Por padrão, todas as quatro salas de aula e o auditório contam com: *data-show*, caixa, de som, *notebook*, *flip-Chart*, quadro branco e *Wi-Fi*.

O docente, no período de ministração do componente em que estará responsável, terá à sua disposição uma mesa, na secretaria administrativa, onde poderá fazer uso de WiFi, impressora e sistema acadêmico.

b) Biblioteca

O cursista poderá ter acesso irrestrito à biblioteca do Tribunal de Justiça do Amapá (Rua General Rondon, 1295 - Centro, Macapá - AP). Teremos também a possibilidade de acesso irrestrito nas bibliotecas digitais ativadas para cada curso.

c) Laboratório de Informática

O laboratório de informática da EJAP é composto de 15 computadores, com acesso à internet. Dispõe também de espaços para 4 *laptops*, caso o cursista deseje usar seu próprio equipamento. Assim, o laboratório tem capacidade de atender até 34 pessoas.

XIX – AVALIAÇÃO DO CURSO

O curso será avaliado junto aos cursistas, docentes e servidores da EJAP por meio de seus três instrumentos de avaliação institucional indicados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): Plano de Avaliação Institucional (PAI), Comissão Própria de Avaliação (CPA) e Observatório de Estudos de Avaliação da eficiência, desempenho e produtividade. Estes mecanismos de avaliação garantem a participação dos sujeitos envolvidos no processo para que possam expor de forma oral e/ou escrita suas percepções e sugerir melhorias.

ANEXOS

EJAP

**ANEXO I -QUADRO DE PONTUAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PARA
CANDIDATOS INTERNOS**

N	Requisitos/títulos	Valor de cada requisito	Valor máximo do requisito	Pontuação final
1	Ser desembargador, magistrado e servidor do quadro de pessoal permanente do TJAP	1,0	1,0	
2	Diploma devidamente reconhecido pelo MEC de conclusão da graduação.	1,0	—	
3	Estar em plena atividade no cargo que foi empossado (técnico e analista)	0,5	0,5	
4	Ter participado de cursos da EJAP, do ano pretérito, com carga horária mínima acumulada de 60h/a.	0,5 Por curso realizado	—	
Pontuação da Avaliação		3,0	-	

**ANEXO II - QUADRO DE PONTUAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE
CANDIDATOS DA COMUNIDADE**

N	Requisitos/títulos	Valor de cada requisito	Valor máximo do requisito	Pontuação final
1	Ser servidor do quadro de pessoal permanente (efetivo) do poder público	1,0	1,0	
2	Diploma devidamente reconhecido pelo MEC de conclusão da graduação.	1,0	—	
3	Estar em plena atividade no cargo que foi empossado	0,5	0,5	
4	Ter participado de cursos da EJAP, do ano pretérito, com carga horária mínima de 20h/a	0,5 Por curso realizado	—	
Pontuação da Avaliação		3,0	-	

ANEXO III – CRONOGRAMA DO CURSO

FORMAÇÃO BÁSICA 140h	Nº	COMPONENTES/ DOCENTES	CARGA-HORÁRIA/ CRÉDITOS	DATAS DE AULAS
	01	Metodologia Científica <i>Cláudio Márcio Campos de Mendonça</i>	20h/ 2 créditos	22 a 26 de março 2021
	02	Gerenciamento de Projetos e elaboração do PMI <i>Ângela do Socorro Paiva F. Martins</i>	20h/ 2 créditos	12 a 16 de abril de 2021
	03	Ética e Cidadania <i>Dorival da Costa dos Santos</i>	20h/ 2 créditos	24 a 28 de maio 2021
	04	Economia do Setor Público <i>Erick Franck da Paixão</i>	20h/ 2 créditos	21 a 25 de junho de 2021
	05	Direito Administrativo <i>Diego Moura de Araújo</i>	20h/ 2 créditos	26 a 30 de julho de 2021
	06	Contabilidade Gerencia para Gestores Públicos <i>Edmundo Tork Filho</i>	20h/ 2 créditos	23 a 27 de agosto de 2021
	07	Cultura Organizacional <i>Mariana Moraes Miccione</i>	20h/ 2 créditos	20 a 24 de setembro de 2021
FORMAÇÃO PROFISSIONAL 204h	08	Inovação na Administração Pública <i>Cadú Calixto de Carvalho dos Santos</i>	20h/ 2 créditos	25 a 29 de outubro de 2021
	09	Políticas Públicas Sociais <i>Antônio Sabino da Silva Neto</i>	24h/ 2 créditos	22 a 26 de novembro de 2021
	10	Gestão do conhecimento na Administração Pública <i>Glauber Ruan Barbosa Pereira</i>	20h/ 2 créditos	13 a 17 de dezembro de 2021
	11	Governança Pública <i>A definir</i>	20h/ 2 créditos	24 a 28 de janeiro 2022
	12	Gestão de Pessoas na Administração Pública <i>Robson Antônio Tavares Costa</i>	20h/ 2 créditos	21 a 25 de fevereiro 2022
	13	Orçamento Público <i>Paulo Sérgio Alves Bezerra</i>	20h/ 2 créditos	21 a 25 de março 2022
	14	Estratégia e Planejamento na Administração Pública <i>Job Duarte Moraes</i>	20h/ 2 créditos	25 a 29 de abril de 2022
	15	Sistema de Informação e de Comunicação na Administração Pública <i>Luiz Hamilton Roberto da Silva</i>	20h/ 2 créditos	23 a 27 de maio 2022
	16	Controle da Administração Pública <i>Bruno de Oliveira Rodrigues</i>	20h/ 2 créditos	20 a 24 de junho de 2022
	17	Gestão da Qualidade na Administração Pública <i>Sheila Trícia Guedes Pastana</i>	20h/ 2 créditos	25 a 29 de julho de 2022

TÓPICOS ESPECIAIS EM GESTÃO PÚBLICA 24h	18	Governo Eletrônico <i>Elvis Azevedo de Araújo</i>	4h/ 1 crédito	19 de março 2021
	19	Gestão de Licitações, Contratos e Convênios <i>Lana Karina Pinon</i>	4h/ 1 crédito	9 de abril de 2021
	20	Política de Sustentabilidade na Administração Pública <i>Elayne da Silva Ramos Cantuária</i>	4h/ 1 crédito	21 de maio 2021
	21	Política de Gestão de Pessoas e as Resoluções do CNJ: Gestão por Competências, Teletrabalho e Força de trabalho <i>Esclepiades de Oliveira Neto</i>	12h/ 1 crédito	18 de junho de 2021
	TOTAL		368h 38 créditos	

EJAP